

Precarização da educação pública, juventude e luta de classes: As ocupações de escolas frente às contrarreformas educacionais

Graciella Fabrício da Silva*

Resumo: Na década de 1990, o Brasil aderiu ao programa neoliberal. A implementação das diretrizes elaboradas pelos intelectuais orgânicos do capital gerou resultados nefastos nos serviços públicos, com destaque para a educação. A apropriação dos recursos públicos pela classe dominante e a implantação dos seus padrões de sociabilidade precarizou as escolas públicas, aumentou a exploração dos trabalhadores da educação e reduziu as perspectivas de futuro da juventude. Frente ao cenário devastador que se lhes era imposto, estes setores resistiram aos ataques promovidos pelo capital por meio de greves e das ocupações de escolas e deixaram importantes lições a serem compreendidas pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação; neoliberalismo; ocupação de escolas.

Abstract: In the 1990s, Brazil adhered to the neoliberal program. The implementation of the policies created by the organic intellectuals of the capital resulted in the depreciation of the public services, especially for education. The appropriation of the public resources by the dominant class and the implementation of their standard of sociability led the public schools to precarious conditions, intensified the exploration of the educators and reduced the prospects for the youth's future. To cope with this devastating reality that was imposed on them, they fought against the attacks of the power derived from capital by means of strikes and the occupation of the schools, which, as a result, and left important lessons to be learned by the working class.

Keywords: Education; neoliberalism; school occupation.

Desde a década de 1990, a educação pública vem sendo alvo de um conjunto de contrarreformas, cuja finalidade é a sua privatização. As contrarreformas educacionais integram o programa neoliberal e, além de privatizar a educação pública, expressam um projeto de dominação burguesa e carregam a sua ideologia. Como afirma Luiz Carlos de Freitas¹, além de servirem como vetores de ampliação dos lucros da classe dominante, elas estimulam a competição desenfreada entre escolas, professores e estudantes. Contudo, essa competição desenfreada tem consequências sociais graves, na medida em

* Professora da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹ FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação. Nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

que fortalece o individualismo e reduz os objetivos da educação à mera obtenção de resultados medidos por avaliações que desconsideram as variáveis sociais (classe, raça, gênero) que interferem no desempenho das escolas, dos trabalhadores da educação e dos jovens.

Um conjunto de mecanismos de controle do trabalho docente integram as contrarreformas. É estipulado um currículo comum a ser ensinado pelos professores a todos os estudantes. Ao mesmo tempo, são aplicadas avaliações externas (de nível local, nacional e/ou internacional) aos estudantes, normalmente elaboradas por fundações privadas, com a finalidade de averiguar o cumprimento do currículo pré-estabelecido. O desempenho nestas avaliações é o parâmetro pelo qual se mede a qualidade do ensino nas escolas. A elas também é atrelado uma compensação em dinheiro a ser paga às escolas e aos seus professores e funcionários caso os estudantes tenham um desempenho considerado positivo pelo sistema de ensino. As escolas e os trabalhadores que não atingem o resultado esperado são punidos com menos recursos.

Quando as escolas públicas apresentam um resultado considerado insatisfatório nessas avaliações, argumenta-se que a causa do seu mal desempenho se deve à ineficiência do setor público. Com a justificativa de melhorar a qualidade do ensino nessas escolas, os governos recorrem à privatização. Este processo ocorre através da contratação de empresas para gerir as escolas, para “acelerar” os estudos dos estudantes que apresentam defasagem idade/série e para implementar projetos “inovadores” nas escolas e da concessão de *vouchers* para financiar os estudos de jovens de baixa renda em escolas privadas. Também são criadas “escolas modelo”, que são terceirizadas para fundações/institutos privados e transformadas em “referência” de qualidade de ensino e de gestão eficiente.

O programa neoliberal para a educação foi aplicado em diversos países, como Estados Unidos, Inglaterra, Chile e Nova Zelândia. Segundo os pesquisadores do tema, em nenhum deles as contrarreformas foram capazes de promover uma transformação substancial na educação². Foi verificado uma ampliação das desigualdades, com o aumento da segregação por classe, raça e gênero e a exclusão de alunos portadores de deficiência. Além disso, os professores e demais trabalhadores das escolas foram destituídos de sua autonomia e tiveram seus direitos rebaixados (inclusive em termos

² Além do esclarecedor trabalho de Freitas, alguns dados relativos aos impactos da contrarreforma educacional podem ser obtidos em KLEES, STEVEN J.; EDWARDS JR., D. Brents. “Privatização da educação: experiências dos Estados Unidos e outros países”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015. p.11-30.

salariais), os laços que aproximavam a comunidade escolar (mães, pais, professores e funcionários) foram enfraquecidos e inúmeras escolas públicas foram fechadas. As que continuaram funcionando, lidam com salas superlotadas, problemas na infraestrutura e poucos recursos humanos e financeiros.

Apesar da aplicação das medidas que a integram obedecerem a uma dinâmica própria, determinada pelas especificidades do processo histórico brasileiro, a implementação das contrarreformas na educação brasileira seguem um parâmetro internacional que aproxima o Brasil de experiências semelhantes realizadas em outros países. A experiência brasileira nesse campo se relaciona de maneira direta à contrarreforma do Estado da década de 1990. Iniciada no governo do ex-presidente Fernando Collor e aprofundada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a contrarreforma do Estado estabeleceu as bases legais para privatizar os serviços públicos. Segundo o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, elaborado por Luiz Carlos Bresser Pereira (que ficou à frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado durante o governo Fernando Henrique Cardoso), a crise econômica enfrentada pelo Brasil na década de 1980 era uma “crise do Estado”. Haveria uma intervenção excessiva do Estado na esfera produtiva.

A inserção da educação pública brasileira no programa neoliberal através da adoção de ferramentas de controle das escolas: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), através dos quais supostamente se mede a qualidade do ensino ofertado nas escolas brasileiras.

A “nova pedagogia da hegemonia”, segundo denominação de Lúcia Neves³, foi elaborada por um conjunto de intelectuais orgânicos coletivos do capital, tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Conforme analisa Flávio Henrique Calheiros Casimiro⁴, a atuação destes e outros intelectuais coletivos (como centenas de fundações e institutos privados) possuem ampla capilaridade no Estado, de modo que interferem diretamente na formulação de políticas públicas que visam a difusão da sociabilidade burguesa, marcada pela liderança do “empresário social”. Através da “filantropia empresarial”, cria-se uma “responsabilidade social” empresarial que serve

³ NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

⁴ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

como meio de apropriação das lutas populares a fim de amortiza-las e impedir que atinjam um ponto de ruptura revolucionária.

As contrarreformas no estado do Rio de Janeiro

Os estados acompanharam a tendência federal e criaram os seus próprios índices e sistemas de avaliação. Tome-se como exemplo o estado do Rio de Janeiro. No governo Anthony Garotinho, foi criado o programa Nova Escola, que estipulava o pagamento de bônus aos professores e funcionários das escolas, caso a escola atingisse os resultados estipulados. O valor da bonificação variava segundo o nível alcançado pela escola, que varia de 1 a 5. Quanto maior o nível, maior seria a bonificação. A verificação do alcance dos resultados era feita através da aplicação de uma avaliação elaborada pela Fundação Cesgranrio. A implementação do programa se deu de forma vertical, de cima para baixo, e causou surpresa entre os professores, que se mostraram insatisfeitos com o programa. Jorge Najjar, ao investigar o Nova Escola, apontou as implicações inerentes ao programa. Segundo o pesquisador, o programa limitava o trabalho docente, na medida em que atuava como uma ferramenta de controle sobre o que professores desenvolviam em sala de aula. Além disso, tornava igualmente limitadas os objetivos da educação pública. Uma vez que a já baixa remuneração ficava atrelada às gratificações, todo o trabalho desenvolvido pelos professores restringia-se a ministrar os conteúdos que seriam abordados na prova que mediria o alcance ou não das metas estipuladas pela Secretaria de Estado de Educação. O Nova Escola foi mantido no governo Benedita da Silva (PT), que assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro após Garotinho renunciar ao cargo de governador para concorrer à presidência da República, na eleição de 2002, e também no governo da sua sucessora, Rosinha Matheus (esposa do ex-governador Garotinho).

O programa foi questionado pelos docentes, que, organizados no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), realizaram greves durante os governos Garotinho e Benedita da Silva que tinham a suspensão do programa como uma das suas reivindicações. Além disso, o mesmo sindicato questionou judicialmente a legitimidade do Nova Escola, pois, segundo a interpretação dos professores, ele feria a isonomia entre os profissionais da educação da rede estadual ao pagar valores diferenciados dentro da mesma categoria profissional. A Justiça deu ganho de causa ao SEPE e obrigou o governo do estado a incorporar o valor máximo das gratificações (R\$ 500, 00) aos vencimentos dos trabalhadores da rede estadual de

ensino. Esta tarefa ficou a cargo do governo Sérgio Cabral Filho, sucessor de Rosinha Matheus no cargo de poder máximo do estado. No entanto, a incorporação dos valores foi feita de forma gradual, o que despertou críticas do SEPE.

O projeto neoliberal- meritocrático foi reformulado no governo Sérgio Cabral, que contratou uma empresa (a Falconi-Consultores de Resultados) para “melhorar” a gestão da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC). A Secretaria, comandada por Wilson Risolia, então diretor da Falconi, criou novos mecanismos de controle e fiscalização das escolas da rede estadual de ensino, sintetizados no Plano de Metas da SEEDUC. Esses mecanismos correspondiam à criação do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado do Rio de Janeiro, do Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) e da Gestão Integrada da Escola (GIDE). O pacote também incluía o pagamento de bônus aos professores que atingissem as metas estipuladas pela Secretaria e a premiação dos alunos que obtivessem melhores resultados.

Além disso, durante o governo Sérgio Cabral, foram firmados contratos entre o governo do estado e fundações privadas para desenvolver projetos diversos (aceleração de estudos e formação de mão de obra, por exemplo) nas escolas da rede estadual. Através deles, as empresas se apropriavam de um montante considerável de recursos públicos.

O Rio de Janeiro subiu no ranking do IDEB, mas isso não significou uma melhoria na qualidade da educação pública estadual. Ao contrário do que os índices faziam parecer, a rede estadual estava cada vez mais precarizada. Em 2016, o piso salarial da categoria foi fixado em R\$ 2. 135, 64⁵, um valor 11, 36% superior ao piso de 2015 e ao valor do salário mínimo (R\$880,00), porém inferior ao valor calculado pelo DIEESE como sendo o salário mínimo necessário para o mês de janeiro do mesmo ano (R\$ 3.752, 65)⁶. Ainda que insuficiente, o valor do piso nacional do magistério era superior aos R\$ 1.179, 35 pagos pelo estado do Rio de Janeiro aos professores, valor este que correspondia ao mesmo valor pago pelo governo do estado à categoria desde 2014, após greve da categoria. Os baixos salários obrigavam os professores a trabalharem em mais de uma escola para obter uma renda suficiente para atender às suas necessidades de subsistência.

⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. “Piso salarial dos professores passará a valer R\$ 2.135,64”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/33421-piso-salarial-dos-professores-tera-11-36-de-reajuste-e-passara-a-valer-r-2-135-64>. Acesso em 16 de janeiro de 2019.

⁶ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. “Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário”. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2016>. Acesso e 16 de janeiro de 2019.

A precariedade da rede pública de educação fluminense também prejudicava os estudantes. Pode-se dizer que a implementação das contrarreformas ajudavam a rebaixar as já baixas expectativas de futuro da juventude que frequentava as escolas públicas do estado. Em uma realidade em que o mundo do trabalho era marcado por empregos precários e de baixa remuneração, a educação se apresentava aos jovens como uma possibilidade de ascender a postos de trabalho que oferecessem a perspectiva de receber melhores salários e ter certa mobilidade social. A realidade precária das escolas frustrava a esperança dos estudantes de ingressar no mercado de trabalho em postos que lhes possibilitassem ascender socialmente e terem uma melhor qualidade de vida através de uma ascensão social através da educação, tal como era-lhe vendido pela ideologia da meritocracia característica do pensamento neoliberal. Era evidente para a juventude matriculada nas escolas da rede estadual de ensino que o futuro que lhes era reservado era o de trabalhos precários, mal remunerados, sem estabilidade e com uma restrição cada vez maior de direitos.

A crise econômica de 2008 e a opção dos governos federal e estaduais pelo ajuste neoliberal como forma de enfrenta-la agravaram essa situação. A opção pelo ajuste fiscal feita pelo governo Dilma como saída para a crise econômica agravou o quadro de precariedade da educação pública. A “Pátria Educadora” destinou apenas cerca de R\$ 98 bilhões dos quase R\$ 109 bilhões previstos para a educação no ano de 2015, após o corte de R\$ 10, 6 bilhões nas verbas da área.⁷ Ficava evidente o contraste com os gastos com a preparação para a realização dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo da FIFA, em 2014, e Jogos Olímpicos, em 2016).

Não tardaram a aparecer as primeiras ações por parte do jovem precariado contra o ajuste neoliberal. As Jornadas de Junho de 2013, que tiveram a luta contra o aumento das tarifas dos transportes públicos e em favor do passe livre, foram as primeiras manifestações contra a opção em favor dos lucros dos empresários em detrimento dos direitos dos trabalhadores e da juventude. A partir de então, a luta de classes se tornou mais explícita e frequentes nas ruas do país.

As lutas pela educação pública tiveram um papel de destaque nesse cenário, através das greves realizadas pelos professores das redes públicas de vários estados e municípios brasileiros, em favor de aumentos de salários, mais investimentos na

⁷ TOKARNIA, Mariana. “Sob o lema Pátria Educadora, educação tem cortes no orçamento e greves”. *Agência Brasil*. 30 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2015-12/sob-o-lema-patria-educadora-educacao-tem-cortes-no-orcamento-e-greves>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

educação pública e contra o ataque aos direitos dos trabalhadores do setor público. Apenas na rede estadual do Rio de Janeiro, os professores paralisaram totalmente suas atividades em 2013, 2014 e 2016. Todas elas foram motivadas pelo aumento contínuo da precariedade da educação pública estadual, que vinha sofrendo com o fechamento de escolas, turmas e turnos⁸, a falta de material didático e de inúmeros profissionais. Para se ter uma ideia, as escolas iniciaram o ano letivo de 2016 sem porteiros, situação que perdura até o presente momento. Em 2015, as escolas funcionavam parcialmente devido à falta de pagamento dos funcionários da limpeza pelas empresas terceirizadas.

A repressão e a perseguição aos que participavam dos movimentos da categoria dos professores e aos movimentos sociais em geral foi a regra do governo do estado do Rio de Janeiro durante esse período. A situação era agravada pela repressão e perseguição aos profissionais que participavam dos movimentos paredistas, fato que se tornou evidente no ano de 2014, quando o governo do estado arbitrariamente cortou o ponto dos professores em greve e abriu processo administrativo por abandono de cargo contra os que permaneceram em greve após o anúncio do corte, além de impedi-los de retornar às suas atividades em sala de aula após a deliberação pelo fim do movimento paredista pela assembleia da categoria. Naquele mesmo ano, um grupo de professores da rede foi preso ao participar das manifestações realizadas no dia da final da Copa do Mundo.

Os jovens estudantes secundaristas acompanharam de forma atenta essas ações e se engajaram de várias formas nas lutas da classe trabalhadora em curso. Além de estarem presentes nas manifestações, eles também realizaram suas próprias ações de resistência aos ataques promovidos contra os trabalhadores e, sobretudo, a educação pública. A partir de 2014, tornaram-se frequentes os boicotes dos estudantes às avaliações externas aplicadas pela Secretaria de Educação, organizados através das redes sociais. No Rio de Janeiro, a página “Boicote ao SAERJ #educaçãoemgreve”, no Facebook, chamava os estudantes a realizarem o boicote ao SAERJ através de eventos criados bimestralmente na rede social. Nela, os secundaristas justificavam sua ação ao afirmar que o objetivo da página

Conscientizar os alunos, de que o SAERJ é um ato de autoritarismo, uma forma de tirar a autonomia do professor e avaliar seu aluno, de esconder o abandono das escolas estaduais do Rio de Janeiro já que as escolas sem a mínima infraestrutura para fornecer aos alunos o

⁸ Em um levantamento realizado através de consulta às resoluções da SEEDUC-RJ publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, constatou-se o fechamento de 315 escolas estaduais no período compreendido entre 2009 e o primeiro trimestre de 2016.

conhecimento necessário, são obrigadas a aplicar a prova mesmo assim. O SAERJ é uma prova que segue um modelo de avaliação por meritocracia, que é um sistema usado em empresas para medir o valor de seus funcionários.

Entretanto, precisamos deixar claro que estamos falando de escolas, onde estão formando cidadãos.

Não somos uma mercadoria a qual o estado pode atribuir um valor!

Fazer o SAERJ é contribuir para a [sic] fracasso do ensino nas escolas estaduais, cujo o [sic] verdadeiro culpado é o governo!

BOICOTE!⁹

Ocupação das escolas: a resposta da juventude contra a precarização da educação pública

As ações dos secundaristas se intensificaram em 2015, diante do avanço do projeto privatista neoliberal. Em novembro daquele ano, o governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou o fechamento de 95 escolas da rede estadual de ensino, ao que denominou “reorganização escolar”. A medida pegou a comunidade escolar paulista de surpresa, causando a revolta de pais, professores e estudantes. Estes, enquanto trabalhadores em formação, viram-se prejudicados com a medida que previa transformar as escolas estaduais paulistas em escolas de ciclo único e transferir estudantes de determinados ciclos para escolas mais distantes¹⁰. Após denunciarem intensamente a intenção do governo nas redes sociais, os estudantes rapidamente se organizaram e saíram às ruas para cobrar que o governo do estado recuasse em sua proposta. Diante da recusa do governo em ceder, optaram pela radicalização das suas ações e decidiram ocupar as escolas que seriam fechadas. A Escola Estadual Diadema foi a primeira a ser ocupada pelos estudantes, no dia 26 de novembro de 2015, sendo acompanhada mais de duas centenas de escolas em todo o estado¹¹. O movimento se estendeu por quase dois meses e se encerrou com um saldo positivo para a comunidade escolar e com uma estrondosa derrota para o governador Alckmin, que viu sua popularidade despencar após a mobilização estudantil. No dia 04 de dezembro, Alckmin veio a público anunciar a suspensão do projeto chamado por ele e sua equipe de “reorganização escolar”, formalizada em decreto publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

⁹ BOICOTE AO SAERJ #educaçãoemgreve. “Missão”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/boicoitesaerj/about/?ref=page_internal. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

¹⁰ CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

¹¹ Idem.

Ainda em 2015, estudantes da rede estadual de Goiás ocuparam escolas contra a entrega da gestão da rede pública de ensino goiana para organizações sociais da iniciativa privada (OSs).

O movimento dos secundaristas de São Paulo e Goiás estimularam os estudantes do Rio de Janeiro a intensificarem suas ações contra a precarização das escolas estaduais, o que veio a ocorrer em 2016, que teve o início do ano letivo marcado pelo agravamento do quadro de precariedade. A Secretaria de Estado de Educação teve seu orçamento reduzido em R\$ 102 milhões para o ano letivo de 2016, o que, entre outras coisas, aumentou a falta de funcionários nas escolas. Além da carência de professores de várias disciplinas, os porteiros (que eram contratados por empresas terceirizadas) haviam sido demitidos. Além disso, havia atraso no repasse das verbas (reduzidas) para a manutenção das unidades. Utilizando o argumento da crise, a SEEDUC estabeleceu um racionamento dos serviços de limpeza e da merenda das escolas, determinando que fosse servida a chamada merenda fria (biscoitos ou pães e sucos industrializados) no lugar de frutas, verduras e legumes. Alegava-se que o racionamento da limpeza e da merenda geraria uma economia de R\$ 83 milhões, ao passo que se economizariam outros R\$ 12 milhões com a suspensão da realização do Salão do Livro e da Semana de Artes pela SEEDUC¹². Nas escolas da rede FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), além da falta de manutenção, a falta de merenda motivava o cancelamento das aulas.

A situação era ainda mais precária nas escolas indígenas do estado. Apenas em 2015 foram implementadas as séries finais do Ensino Fundamental e as escolas existentes foram construídas pelas próprias comunidades, uma vez que os sucessivos governos não destinaram recursos para construir prédios escolares nas aldeias do povo Guarani. Segundo o SEPE Angra, uma única escola atendia três aldeias com salas de extensão e em duas aldeias não havia escola estadual¹³.

No dia 02 de março de 2016, os professores da rede estadual deflagraram a greve. As reivindicações eram extensas e sintomáticas da situação da educação fluminense. Elas eram as seguintes: retorno da data de pagamento para o segundo dia

¹² BACELAR, Carina. “Escolas estaduais terão corte de R\$ 102 milhões este ano”. *O Globo*. 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/escolas-estaduais-terao-corte-de-102-milhoes-este-ano-18461249>. Acesso em 19 de dezembro de 2018.

¹³ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – NÚCLEO ANGRA DOS REIS. “SEPE na luta pela educação escolar indígena”. 28 de abril de 2016. Disponível em: <http://sepeangra.blogspot.com/2016/04/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

útil;¹⁴ fim do parcelamento dos salários mensais e do 13º salário; reajuste salarial de 30%¹⁵; arquivamento do projeto de lei estadual que previa o aumento do desconto previdenciário de 11% para 14%; realização de concurso público para funcionários técnico-administrativos¹⁶; plano unificado de cargos e salários e formação em serviço para funcionários; redução da carga horária de 40 horas semanais para 30 horas semanais, formalizando acordo firmado entre o governo estadual e a categoria em meados da década de 1990; efetivação dos enquadramentos por formação dos docentes, incorporando os valores à remuneração docente e pagamento dos valores pretéritos; abono das greves anteriores; concessão da licença especial por tempo de serviço para todos os servidores, independente do período de aposentadoria¹⁷; descentralização da perícia médica e fim da terceirização da mesma; uma matrícula, uma escola; cumprimento da reserva de 1/3 da carga horária para atividades de planejamento extraclasse (lei 11.738/2008); eleição direta para a direção das escolas estaduais; redução do número de alunos em sala de aula; fim da GIDE; fim do SAERJ/SAERJINHO; fim do currículo mínimo; nenhuma disciplina com menos de dois tempos. A estas reivindicações, somaram-se demandas específicas da educação escolar indígena. A estas, somavam-se reivindicações específicas da educação escolar indígena, como a implantação do Ensino Médio nas escolas indígenas do estado, obras na estrutura das escolas com a criação de mais salas de aula, criação do cargo de professor indígena e início do Conselho Estadual de Educação Indígena.

Logo após a deflagração da greve pelos profissionais da educação, o movimento estudantil, através de suas entidades organizativas, realizou manifestações em apoio ao movimento paredista das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação em várias cidades do estado do Rio de Janeiro. Embora fossem organizadas pelos estudantes de

¹⁴ O pagamento das remunerações, que até então era feito no segundo dia útil do mês, passou a ser efetuado no sétimo dia útil e, por fim, no décimo dia útil.

¹⁵ O último reajuste salarial dos profissionais da educação havia sido no ano de 2014. O índice foi de 9%. Com isso, o piso do magistério estadual passou de R\$ 2.028,67 para R\$ 2.211,25. No entanto, este era o valor pago aos professores de 30 horas, minoria na categoria (3.372 docentes ativos). O piso dos professores que exerciam a jornada de 16 horas (51.419 docentes ativos e 24.501 aposentados) passou de R\$ 1.081,97 para R\$ 1.179,35. Ver: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. “Governo sanciona reajuste de 9% para a educação”. 1 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=2145836>. Acesso em 29 de janeiro de 2019. SOUZA, Fábio Araújo de. *A remuneração dos professores do estado do Rio de Janeiro (1995-2014)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutorado), 2016. P. 73.

¹⁶ O último concurso, no estado do Rio de Janeiro, para essas funções na rede estadual de educação foi em 1993.

¹⁷ A licença especial por tempo de serviço é prevista no Estatuto do Funcionário Público. Segundo o Estatuto, faz jus a essa licença todo funcionário que tiver trabalhado por cinco anos consecutivos, sem ausência injustificada. No entanto, o governo estadual feria esse benefício, concedendo-o somente aos servidores em vias de se aposentar.

forma autônoma em relação ao SEPE, algumas delas ocorriam em conjunto ao movimento dos profissionais da educação, no mesmo dia e local das manifestações organizadas pelo sindicato. Havia casos em que também ocorria o inverso, de profissionais da educação em greve comparecerem aos atos chamados pelo movimento estudantil em apoio ao movimento sindical da educação. De qualquer modo, o movimento estudantil atuou como suporte ao movimento organizado pelos profissionais da educação, reforçando e acrescentando às pautas desses trabalhadores reivindicações próprias dos estudantes, as quais tinham por finalidade conquistar direitos que assegurassem a qualidade do ensino que recebiam e a sua permanência na escola. Nesse sentido, merece destaque a pauta do passe livre estudantil e da meia entrada em estabelecimentos culturais, como teatro e cinema. Dessa forma, o debate sobre a qualidade da educação se estendia para além das salas de aula e dos muros da escola, passando a abranger o acesso a outros espaços da vida social.

Nesse momento inicial de mobilização dos estudantes fluminenses antes das ocupações de escolas, os discentes denunciaram uma série de limitações impostas pelas direções de algumas escolas e da própria Secretaria de Educação para participar dos atos organizados pelo movimento estudantil. Secundaristas e professores que participaram das manifestações relataram em conversas informais durante os atos que os principais argumentos utilizados para enfraquecer a mobilização dos estudantes foram os de registro de falta e de reprovação dos estudantes que deixavam a escola para participar das manifestações, além da proibição da entrada de representantes das entidades e dos grêmios estudantis nas escolas e nas salas de aula para divulgarem as atividades em apoio à greve dos profissionais da educação. Devido à pressão, alguns estudantes deixaram de participar das atividades organizadas pelo movimento secundarista, afinal parte deles era integrante de famílias de baixa renda beneficiárias do programa Bolsa Família, lançado em outubro de 2003, no governo Lula. Segundo a legislação que regulamentou tal programa de transferência de renda¹⁸, um dos elementos condicionantes para a concessão do benefício era a frequência escolar de 85% a estabelecimentos de ensino regular das crianças e os adolescentes em idade escolar. O temor dos estudantes era de que, uma vez que este critério deixasse de ser observado, as famílias corriam o risco de perder o benefício, o qual, embora pouco, ajudava no pagamento de despesas básicas das famílias mais pobres, como a compra de alimentos.

¹⁸ Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 10 de maio de 2018.

Este fato mostra uma limitação das políticas de transferência de renda como o Bolsa Família. Apesar de ter auxiliado a reduzir os índices de pobreza, o programa mostrou-se insuficiente tanto para reverter o quadro geral de precariedade da vida dos trabalhadores quanto para promover maior participação política do precariado, uma vez que a dependência de muitas famílias em relação ao benefício foi utilizada para frear a participação política dos jovens.

Apesar das tentativas de desmobilização, os estudantes mantiveram-se atuantes, acompanhando de perto o movimento dos profissionais das escolas. Assim, aos estudantes das escolas ligadas à SEEDUC somaram-se os estudantes da rede FAETEC, que também passava por grave crise em função dos poucos recursos destinados à sua manutenção e às constantes ameaças do fechamento de suas unidades. No dia 9 de março, estudantes da Escola Técnica de Teatro Martins Pena, que integrava a rede FAETEC, encenou um ato-peça em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) denunciando a precariedade dos serviços públicos do estado. O grupo (vestido de preto, com rostos de pintados e portando cartazes simbolizando caixões em que jaziam, simbolicamente, os serviços públicos do estado do Rio de Janeiro) realizou “O julgamento do Pe\$ão”. Na encenação, criticavam a política estadual que favorecia empresários e empreiteiros através da terceirização em detrimento da população, a qual, apesar dos milionários contratos, não via melhoras nas escolas, nos hospitais e instituições culturais estaduais. Em paródia do funk “Baile de favela”, do cantor Nego do Borel, os secundaristas denunciavam:

Lá no posto/Tá faltando tudo/Lá na UPA/Tá faltando tudo/Lá no hospital/Tá faltando tudo/Pezão fica calado e o secretário fica mudo/Quer ler livro/Acha que merece/Quer ir ao cinema/Acha que merece/Quer ir ao teatro/Acha que merece/O Governador deu a cultura pra OS/Cortou a merenda/Pensa que me enrola/Fala da crise/Pensa que me enrola/Cortou o busão/Pensa que me enrola/Para de roubar e bota grana na escola/O Planejamento/ Diz “não tem dinheiro”/A Fazenda/ Diz “não tem dinheiro”/O Governador/Diz “não tem dinheiro”/Pode apostar, tá lá no bolso do empreiteiro¹⁹

No dia 17 de março, os estudantes secundaristas ocuparam o Colégio Estadual Luiz Reid, no município de Macaé, no norte do estado. Quatro dias depois, ocorreu a

¹⁹ “O julgamento do Pe\$ão” foi gravado e disponibilizado na página “Martins Sem Pena”, criada pelos estudantes da ETE de Teatro Martins Pena para divulgar a luta dos secundaristas da escola centenária, que completou 108 anos em 2016. Disponível em:<https://www.facebook.com/martinssempena/videos/1325689704124235/>. Acesso em: 13 de novembro de 2018.

ocupação do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, a primeira da capital do estado a ser ocupada pelos secundaristas. A ocupação do Mendes de Moraes impulsionou uma onda de ocupações em todo o estado, que envolveu, além das escolas da rede subordinadas à Secretaria de Estado de Educação, escolas técnicas da Fundação de Amparo à Escola Técnica (FAETEC). No dia 5 de abril, a Escola Técnica Estadual Helber Vignoli Muniz, localizada em Saquarema, na região das Baixadas Litorâneas, se transformou na primeira escola da rede FAETEC a ser ocupada. Apesar de distintas, as duas redes passavam por problemas semelhantes, decorrente do sucateamento imposto a todo sistema educacional público mantido pelo governo estadual através dos cortes de recursos destinados às escolas públicas sob sua responsabilidade.

As motivações para ocupar as escolas foram expostas de forma clara pelos estudantes em depoimentos divulgados em vídeo, pelo Youtube, e nas redes sociais.

“[...] Nós não temos o nosso refeitório e acabamos comendo pequenos lanches, que às vezes nem são distribuídos. [...] A nossa falta de liberdade. Já tentei diversas vezes montar um grêmio, [...] só que nada passava. O diretor não aprovava o grêmio, falava que faltava isso, que faltava aquilo. E nós queremos eleição pra diretor. Diretas. Eleições diretas. Outra pauta foi a quadra quebrada. Estrutura do colégio abalada. O banheiro, que nós não temos as portas que fecham.” (I., estudante do Colégio Estadual Souza Aguiar)

“A gente quer, tipo, parar os cortes na educação, porque realmente tão demais. Uma reforma no currículo mínimo, que não nos prepara pra uma faculdade. [Tem] a questão da acessibilidade. Tipo a rampa aqui do colégio tem um degrau antes de você conseguir ter acesso à rampa.” (A., estudante do Colégio Estadual Gomes Freire)²⁰

As críticas também se estendiam ao SAERJ e ao currículo mínimo. Em resposta a um questionário aplicado via internet, uma estudante do Colégio Estadual Edmundo Silva (Araruama) afirmou que o currículo mínimo “se torna falho quando não dá nenhum tipo de preparação”. Outro estudante, do CIEP 228 Darcy Vargas, localizado em Duque de Caxias, afirmou, a respeito do currículo mínimo, que “o governo coloca os alunos com médias fáceis de serem alcançadas já na ideia de que eles se acostumem com o pouco/fácil e não se tornem cidadãos críticos”. Já um terceiro estudante, do

²⁰ OCUPAÇÕES Estudantis: Por eles mesmos. Direção Diego Filipe S. Queiroz. 58 min. 59s., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fc8ImhiVWbU>. Acesso em: 21 de setembro de 2016. Por serem menores de idade e pelo fato de muitos estudantes que participaram das ocupações estarem sofrendo perseguições dentro das escolas e por parte da SEEDUC, decidi omitir os seus nomes e referenciar apenas suas iniciais.

Colégio Estadual Dr. Francisco de Paula Paranhos (Iguaba Grande), classificou como “insatisfatório”.

Para responder, primeiro é necessário questionar, para quem serve o currículo mínimo? E ele realmente não serve para os alunos, pois não existe uma visão de construção pessoal do aluno, apenas visa o produto, a nota. Existe uma falta de “vida” no currículo mínimo, como: culinária, nutrição, marcenaria, yoga, meditação, além da forma de educação como um todo, pois é muito difícil criticar o currículo separando ele do sistema de ensino industrial, pois estão completamente entrelaçados. (Estudante 12, C. E. José Leite Lopes/NAVE)

Nas escolas mantidas a partir de parceiras público-privadas (uma forma de privatização), entre a SEEDUC e empresas privadas, a crítica ao currículo abrangia questões mais amplas referentes ao modelo educacional e ao propósito da formação que recebiam.

Olha, na ocupação existiam enormes debates para entender isso de diversos pontos. Na época a gente questionava muito a forma industrial das escolas que segue o mesmo método da revolução francesa (só que sem investimento). E nesses debates a gente lembra que a educação que temos é fruto do capitalismo. Pois as escolas são fábricas de mão de obra barata e sempre foi, as escolas sempre focam na meritocracia, na falta de diálogo e troca necessária com os alunos. Outro problema é a alimentação, pois não existe uma educação alimentar e nossa alimentação melhorou mas não saímos educados, apenas alimentados. E principalmente no meu colégio (público/privado) a gente discutia os problemas dessa privatização, pois a gente via os colégios sendo degradados enquanto o nosso colégio sempre estava no foco e tudo e todos, tanto a entender que a resposta para todos os problemas seria a privatização. Outro problema dentro disso é produção de mão de obra que existe dentro dos colégios técnicos. Pois se você for analisar os cursos (panificação, hotelaria, programação, administração) todos eles são voltados para abastecer o mercado com mão de obra, a educação se torna troca de moeda para o mercado, os adolescentes aprendem sobre emprego mas não aprendem a desenvolver as suas habilidades e os seus problemas. (Estudante 12, C. E. José Leite Lopes/NAVE)

Quanto ao SAERJ, os estudantes responderam que “nunca serviu para testar conhecimento nenhum, só perda de tempo e gasto de dinheiro desnecessário” (*sic*), era “uma prova de manipulação” e que era “uma prova montada pelo governo como forma de roubar dinheiro da educação”. Havia uma percepção generalizada de que a avaliação era insuficiente para diagnosticar os problemas da educação pública estadual.

Uma prova meritocrática que determinava privilégios antidemocráticos para escolas que por fatores sociais tinha[m] notas maiores. O caso da minha escola, que tem apenas 480 alunos, onde a entrada era por meio de processo seletivo e sempre ganhava o prêmio do SAERJ. (Estudante 12, C. E. José Leite Lopes/NAVE)

Havia uma articulação entre as escolas ocupadas, organizada através de um comando que coordenava as ações políticas em cada unidade sob controle dos estudantes. Ao contrário do que o nome sugere, esse comando não era centralizado nem emitia ordens às escolas ocupadas. Ele servia como um canal de articulação e contato entre as/os secundaristas das mais de 70 escolas ocupadas em todo o estado do Rio de Janeiro, no qual se debatiam os problemas enfrentados por cada ocupação e discutia-se os rumos do movimento.

Uma vez desencadeado o movimento, foi prontamente estabelecida uma rede de apoio e de solidariedade entre os estudantes das escolas ocupadas, que percorriam escolas em outros bairros ou até mesmo em outros municípios para oferecer suporte na organização do cotidiano da ocupação, especialmente nos dias em que estavam previstas manifestações pela desocupação das escolas (as quais serão abordadas mais adiante).

As redes sociais, aliás, foram importantes não só para organizar e manter a mobilização estudantil, mas também para furar o bloqueio das mídias tradicionais e divulgar os objetivos e ações das ocupações. Cada escola ocupada tinha sua própria página no Facebook, sempre iniciada pela palavra “ocupa”, seguida pelo nome da escola. Através delas, eram divulgados os cronogramas de atividades diárias e todo o tipo de informação sobre o que acontecia nas ocupações, o que era feito através de fotos, vídeos e textos. Ao mesmo tempo, a dinâmica da rede social permitia que as páginas das escolas ocupadas servissem como um canal de comunicação entre as/os estudantes participantes das ocupações e a comunidade escolar, constituindo, assim, uma importante ferramenta para prestarem esclarecimentos, solicitar apoio e denunciar o estado em que se encontravam as escolas estaduais. Através de fotografias, vídeos e textos, os estudantes expuseram a situação deplorável das suas escolas, assim como da realidade vivenciada pelos trabalhadores, de um modo geral, e particularmente nas regiões periféricas.

No Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, por exemplo, os estudantes divulgaram na página da ocupação fotografias e vídeos em que mostravam à sociedade o abandono da escola pelo poder público. Inaugurada em 2009 como a finalidade de ser uma das escolas modelo do estado, sete anos depois a escola já

apresentava sérios problemas na infraestrutura. Em um vídeo²¹ publicado na página da ocupação da escola, os estudantes exibem o abandono da escola localizada no bairro de Manguinhos, na periferia da cidade. A piscina olímpica, que era aberta para uso dos alunos da escola e da comunidade, encontrava-se vazia e inutilizada há quatro anos, pois não havia bomba para enchê-la, e com vários focos de proliferação de mosquitos. A falta de água era frequente, o que fazia com que os estudantes fossem liberados antes do término do horário de estudos. Entulhos, cadeiras, banheiros e janelas quebradas também integravam a situação deplorável da escola. Não à toa, os estudantes acusavam o ex-presidente Lula e o ex-governador Sérgio Cabral de usar a escola apenas para fins eleitorais.

“Quando chegou aqui o senhor Sérgio Cabral e o senhor Lula, eles falaram que a escola seria voltada à comunidade. A piscina, no caso, foi feita por causa de um menino que o Lula viu quando passou e pulou na água e ficou sensibilizado com aquilo e mandou fazer a piscina e a escola está fechada para a comunidade. A comunidade começou a não ver mais a escola como parte dela.” (R., estudante)

“Eu estudei aqui em 2009. Terminei em 2011. Eu peguei metade da época boa. Peguei a parte em que o governo que estava sendo formado, o governo federal e o governo estadual, disseram que essa comunidade, essa escola seria aberta para a comunidade. E, com o passar do tempo, as coisas mudaram. Os alunos do Compositor e, mais uma vez, Manguinhos, é... foi vitrine eleitoreira [...] (Estudante B)²²

Entre todas as escolas ocupadas no estado, a ocupação do CAIC Tiradentes e do Colégio Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker (ambas as escolas situadas na periferia do município do Rio de Janeiro) talvez seja a mais simbólica da realidade acima descrita. O CAIC Tiradentes localizava-se no Caju até o ano de 2012, quando foi removido e transferido para o prédio do C. E. Reverendo Hugh Clarence Tucker, no Morro da Providência. O local onde o CAIC funcionava há mais de vinte anos (segundo o relato dos estudantes na página oficial da ocupação²³) foi transformado em uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A partir de então, as duas escolas passaram a compartilhar o mesmo prédio, que funcionava em condições precárias. Além da

²¹ “Ocupação estudantil revela abandono da educação no RJ”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c5BUvhfP6Fs&feature=youtu.be&fbclid=IwAR3UJr-ZndO9XAq6tCTYiHbUmti-SRDBo8uaL7R34JJTmyTkpL0k5VOgmz4>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

²² Idem.

²³ “Ocupa CAIC/Reverendo Hugh Clarence Tucker”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Ocupa-CAICReverendo-Hugh-Clarence-Tucker-1064014160338123/>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

estrutura precária das instalações da escola, estudantes e toda a comunidade escolar viviam um cotidiano marcado pela exposição à violência policial resultante da “guerra às drogas” (eufemismo usado para ocultar aquilo que é, na verdade, uma guerra aos pobres). Cenas desse dia a dia foram relatadas pelos estudantes ocupantes nas redes sociais. No dia 05 de maio, fizeram as seguintes postagens:

Nossos amigos, da nossa sala, estão contando dezenas de relatos sobre a violência na Providência. Medo de morrer. Casas arrombadas. Tiro nas portas. Não queremos mais viver isso!
O ato de amanhã está mantido!
Contra a SEEDUC e contra essa guerra aos moradores.
Concentração às 8h no Caic Tiradentes.

NOTA EM APOIO AOS ALUNOS QUE OCUPARAM A SEEDUC
E CONTRA O TERROR DE ESTADO NA NOSSA COMUNIDADE
!

infelizmente [*sic*], em vista do tiroteio presente na localidade onde o colégio ocupado CAIC/Reverendo está situado, com a invasão policial no Morro da Providência, os alunos ocupantes não podem ir por causa da violência presente nesse exato momento e até algumas horas atrás quando começou tudo! Mas damos total apoio e forças à [*sic*] vocês!
Estamos juntos nessa luta!
Menos armas, mais livros!

#Ocupatudo

Porém, estudantes de escolas consideradas modelos pela SEEDUC e que não possuía problemas estruturais tão graves também aderiram ao movimento. Localizado no bairro do Andaraí, na capital do estado, o Colégio Estadual Chico Anysio (CECA) fazia parte do programa “Dupla Escola” e contava com uma proposta pedagógica elaborada por uma “parceria público-privada” estabelecida entre a SEEDUC, o Instituto Ayrton Senna, a transnacional P&G e o Citi Foundation. Se o CECA não possuía problemas estruturais tão graves como escolas como o CAIC/Reverendo, o Compositor Luiz Carlos da Vila e o Colégio Estadual Edmundo Silva (Araruama), quais seriam as suas motivações para ocupa-lo? A resposta é encontrada na postagem do dia 2 de junho de 2016, em um texto escrito a respeito da desocupação da escola na página criada pelos estudantes do CECA no Facebook. Segundo o relato, a ocupação do Chico Anysio começou quando

criou-se, em um grupo de alunos, a consciência de que era necessária uma posição, uma mobilização que apoiasse a greve dos professores e

fizesse frente ao sucateamento das escolas que não eram do seletivo grupo de escolas privilegiadas, a vitrine do estado. [...] Como colégio de referência, era nosso dever olhar para escolas como o Mendes de Moraes e dizer, de forma direta: “você não estão sozinhos”²⁴.

O mesmo ocorreu no Colégio Estadual José Leite Lopes/Núcleo Avançado em Educação (CEJLL/NAVE). Em uma postagem na página da ocupação no Facebook, os estudantes compartilharam uma reflexão crítica sobre o conceito de “escola modelo”, crítica essa que fundamentava a motivação da ocupação da escola pelos estudantes:

NAVE

“Mais do que uma escola inovadora. Mais do que um centro de pesquisas. Mais do que um pólo [*sic*] tecnológico. NAVE é um centro de pensamento sobre a educação brasileira.”

Essa é uma das frases que estão estampadas no NAVE – Núcleo Avançado em Educação – um programa de Ensino Médio Integrado Profissionalizante desenvolvido pelo Oi Futuro em parceria com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e Pernambuco.

No Rio de Janeiro, o programa funciona no Colégio Estadual José Leite Lopes, localizado na Tijuca. Inaugurado há dois anos, o colégio estadual junto com o programa inovador vêm trazendo resultados convincentes que o colocam em um [*sic*] condição de “escola modelo”. Dos melhores resultados no ENEM a uma estrutura física invejável: é realmente essa a escola que queremos? Os resultados devem ser uma consequência ou o foco de uma “escola modelo”?

O contexto de toda a rede estadual de ensino é bem diferente da realidade do NAVE, mesmo assim, “a menina dos olhos do Rio” sofre com o sucateamento da educação da cidade. [...] ²⁵

Em comum aos estudantes de escolas de realidades tão diferentes havia a consciência de que a segregação social já operante no estado por inúmeros outros fatores era reforçada pela existência de escolas aptas a receber mais investimento e de outras consideradas menos aptas a tanto a partir de critérios pouco claro estipulados de cima para baixo. Era claro para os secundaristas que havia um favorecimento às escolas localizadas em locais mais nobres, em detrimento das escolas localizadas nas periferias e o interior do estado. Apesar desse favorecimento, mesmo entre aqueles que estudavam nas escolas priorizadas para receber mais investimento através de critérios meritocráticos estipulados pelas empresas e pelo estado através do Plano de Metas, havia a percepção de que a educação ofertada não era suficiente para possibilitar que

²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupachicoanyisio/posts/717985811672755>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupaCejllNave/>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

os jovens imersos em uma realidade precária em múltiplos sentidos mudassem o seu destino a ponto de serem capazes de realizarem os seus sonhos. A consciência da realidade precária em que estavam imersos levou jovens com trajetórias tão distintas a lutar ombro a ombro nas ruas, nas escolas e na ocupação das escolas e da Secretaria de Estado de Educação (à qual abordaremos adiante).

Os secundaristas que ocuparam as escolas também revelaram a existência de inúmeros materiais destinados ao uso dos alunos guardados ou inutilizados. A lista incluía instrumentos musicais, livros didáticos, tablets, computadores, canetas, tinta e outros itens.

O cotidiano das escolas ocupadas era marcado pela realização de atividades culturais, de cuidado com o espaço escolar e de debates sobre os rumos do movimento. As atividades eram organizadas e divididas entre as/os ocupantes, que se dividiam em comissões responsáveis pela realização de funções distintas (segurança, alimentação, limpeza, organização das atividades pedagógicas e culturais, comunicação, entre outras). Um fato interessante é que havia todo um cuidado para desconstruir estereótipos de gênero. Fosse na cozinha, na limpeza, na pintura das paredes ou na segurança, meninas e meninos compartilhavam a realização das tarefas de modo que ambos participassem. Tudo isso era reforçado através de cartazes espalhados pela escola que reforçavam o respeito à diversidade racial e de gênero e a importância da colaboração de todas e todos para o sucesso das atividades. “Sem homofobia na cozinha”, “Respeita as mina” e “Sem machismo” eram alguns dos dizeres encontrados em murais e cartazes espalhados pelas escolas. Além disso, assembleias eram realizadas para decidir os problemas coletivos que surgiam no dia a dia das ocupações. Algumas dessas assembleias eram abertas à participação de apoiadores, pais, mães e responsáveis; outras eram realizadas exclusivamente com estudantes das ocupações.

Para isso, contavam com o apoio de movimentos sociais ligados a pautas diversas e de trabalhadores independentes. Eram jornalistas; fotógrafos; mães, pais e responsáveis pelos secundaristas; geólogos; cantoras e cantores; atrizes e atores; professoras e professores da educação básica e de universidades, das redes pública e privada; psicólogas e psicólogos; agricultoras e agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); representantes do SEPE-RJ, do movimento negro e do movimento feminista; além de estudantes universitários, que se disponibilizaram a promover ações na forma de apresentações musicais, oficinas,

“aulões” e palestras com a finalidade de fortalecer e demonstrar o seu apoio ao movimento dos estudantes.

Tão logo o movimento começou a ganhar visibilidade e apoio de parcelas significativas das camadas populares da sociedade, a Secretaria de Educação recorreu à utilização de um conjunto de instrumentos a fim de criar um consenso entre a sociedade civil para evitar que a ampliação do movimento colocasse em risco as bases da sociedade burguesa. Através da aliança com determinados segmentos da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia, sobretudo a mídia empresarial (dentre a qual determinados segmentos tinha contratos com a SEEDUC para o desenvolvimento de projetos educacionais) e as redes sociais, o governo do estado, através da SEEDUC, buscou convencer a população da necessidade de manter o seu apoio ao projeto hegemônico e, assim, diminuir a adesão popular ao movimento protagonizado pelos estudantes.

Inicialmente, a Secretaria tentou minimizar o movimento, dando a entender que os secundaristas não possuíam autonomia e que as ocupações eram resultado de pequenos grupos com vinculação a partidos políticos e ao SEPE²⁶. Em algumas unidades ocupadas, a Polícia Militar tentou retirar violentamente os secundaristas das escolas. Diante da repercussão negativa alcançada em função da divulgação da ação policial contra os estudantes, a Secretaria não recuou em suas tentativas de deslegitimar as ocupações. No dia 28 de março, a SEEDUC anunciou que ingressaria com pedido de reintegração de posse do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, ocupada desde o dia 21. No dia 11 de abril, a juíza Neusa Regina Larsen de Alvarenga Leite, da 14ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, deferiu uma liminar favorável à reintegração do Mendes de Moraes. No entanto, a Secretaria foi derrotada no mesmo dia em que parecia ter saído vitoriosa da batalha contra os estudantes. À noite, a justiça fluminense, na figura do desembargador Sérgio Seabra Varela reconheceu a legitimidade da ação dos secundaristas que ocupavam as escolas após um recurso interposto pela Defensoria Pública em favor dos estudantes.

Diante desse revés, não restou à SEEDUC outra alternativa senão reconhecer a validade da luta estudantil. Nesse sentido, é bastante significativa a fala do então secretário de educação, Antônio José Vieira Neto, no dia 16 de abril, em entrevista ao

²⁶MELLO, Kátia. “Secretaria do RJ vai à Justiça para reintegrar escola ocupada”. *GI*. 28 de março de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/secretaria-do-rj-vai-justica-para-reintegrar-escola-ocupada.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

site G1. Neto afirmou reconhecer a legitimidade do movimento estudantil e a existência de problemas na infraestrutura de 50 escolas. No entanto, explicitou seu incômodo perante a politização do movimento.

Todo movimento de jovens, de estudantes é sempre legítimo. Se o jovem se propõe a colocar uma questão, ele tem legitimidade nisso. Até porque me alinho com os jovens quando fazem crítica ao modelo do Ensino Médio. [...]

O risco que estamos vendo é ver esse movimento submergir numa discussão que é política de enfrentamento. É real, é claro, o jovem milita. Mas se o movimento político contra um governo for colocado como carro de frente vai dificultar a discussão qualitativa. Eu quero propor a mudança necessária [...]²⁷

Perdida a batalha judicial, a SEEDUC recorreu a outros procedimentos para tentar esvaziar o movimento de ocupação. Um deles foi o argumento de que haveria o risco de perda do ano letivo caso ele prosseguisse. Além disso, o recesso escolar – previsto para agosto – foi antecipado nas unidades ocupadas, o que causou o bloqueio do cartão que assegurava a gratuidade dos estudantes nos transportes públicos. Também foi ventilada a possibilidade de transferência de estudantes matriculados nas escolas ocupadas para outras unidades dentro da própria rede estadual ou para escolas das redes federal, municipal e particular. Até mesmo sugeriu que as aulas das escolas ocupadas fossem realizadas em outro local pelos professores que não estavam em greve²⁸. As investidas também partiram do chefe de gabinete da SEEDUC, Caio Castro Lima, que, após se reunir com estudantes que ocupavam o C. E. Prefeito Mendes de Moraes, afirmou à imprensa que “os participantes do movimento de ocupação de escolas estão tirando o direito dos outros alunos de estudar e matando o futuro desses estudantes”²⁹. Buscava-se, com essas medidas, tentar fazer com que aqueles secundaristas que ainda estavam em dúvida quanto a apoiar ou não o movimento ficassem contra a ocupação e passassem a pressionar os secundaristas que integravam as ocupações para interromper a luta.

²⁷ “Ocupação de escolas é legítima, diz secretário de educação do RJ”. *GI*. 16 de abril de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/ocupacao-de-escolas-e-legitima-diz-secretario-de-educacao-do-rj.html>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

²⁸ “Escolas podem perder ano letivo se ocupações continuarem, diz secretaria”. *R7*. 3 de maio de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/escolas-podem-perder-ano-letivo-se-ocupacoes-continuarem-diz-secretaria-03052016>. Acesso em 27 de janeiro de 2019. “Alunos de escolas ocupadas protestam no Rio”. *GI*. 4 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/alunos-de-escolas-ocupadas-protestam-no-rio.html>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.

²⁹ “Ocupação de escolas tira direito da maioria de estudar, diz governo do RJ”. *UOL*. 12 de abril de 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/12/ocupacao-de-escolas-tira-direito-da-maioria-de-estudar-diz-governo-do-rj.htm>. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

Numa atitude inconsequente, a SEEDUC também estimulou um movimento para acabar com as ocupações, ao invés de negociar com os secundaristas que ocupavam as escolas. Através das redes sociais e com o apoio de diretores das escolas sob ocupação, a Secretaria estimulou ações em favor da desocupação das unidades. A instituição informava que a iniciativa partia de estudantes que eram contrários à ocupação e queriam voltar a estudar³⁰, a despeito da ausência de vários profissionais (em função da greve ou da carência real) e da ausência de ações por parte do governo do estado para superar o quadro estrutural de precariedade da rede estadual de ensino. Porém, a própria SEEDUC fez publicações na sua conta oficial no Twitter divulgando a realização de atos em favor da desocupação e contra a ocorrência de novas ocupações – como a que ocorreu no Colégio Estadual Heitor Lira, na capital do estado, no dia 20 de abril.

Grupos denominados “Desocupa Já” e “#nãoocupa” foram criados no Facebook. O chefe de gabinete da SEEDUC, coordenadores das regionais, AAGEs, diretores de escolas e professores não grevistas participavam desses grupos tecendo comentários contrários à ocupação e estimulando manifestações pela desocupação/não ocupação das unidades escolares do estado. Segundo o *Esquerda Diário*, Caio Castro Lima deixava explícito em comentários no seu perfil pessoal do Facebook e em um grupo chamado “#nãoocupa” o seu apoio ao desocupa.

[...] Temos que fazer esses invasores nos ouvirem. Temos que fazer o governo e a sociedade nos ouvir. Temos que fazer com que todos nos ouçam. Devem saber que queremos respeito. Aumento sim; mas antes de mais nada, respeito. [...] Se quisermos mesmo, entramos nessas escolas invadidas e a trazemos de volta para a comunidade; para os verdadeiros alunos, professores, pais. Não é nem para a Seeduc. É para a sociedade. Basta querer. Nos organizamos e fazer acontecer. [...]³¹

As manifestações em favor da desocupação ocorreram em todas as escolas ocupadas, sem ter, porém, a mesma força e organização que movimento ocupa. Por isso, e por ter uma pauta rebaixada (volta às aulas mesmo sem professores), os protestos

³⁰ NITAHARA, Akemi. “Estudantes pedem desocupação de escolas do Rio de Janeiro”. *Agência Brasil*. 20 de abril Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/estudantes-pedem-desocupacao-de-escolas-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

³¹ ILG, Jean. “Após incitar o ‘Movimento Desocupa’, SEEDUC tenta tirar o corpo fora”. *Esquerda Diário*. 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Apos-incitar-o-Movimento-Desocupa-SEEDUC-tenta-tirar-o-corpo-fora>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

contrários à ocupação, quando ocorriam, eram esporádicos e esvaziados³². No entanto, com o tempo, o “movimento” adquiriu um caráter proto fascista, com atos de violência, invasões, depredações e ameaças a estudantes que integravam as ocupações. Nas visitas realizadas a algumas escolas e em conversas informais com estudantes de diferentes ocupações durante os atos realizados durante o período da greve/ocupação, muitas vezes os jovens que participavam do desocupa não eram integrantes da comunidade escolar, havendo, inclusive, relatos de casos de grupos pagos para promover os ataques às escolas³³. No dia 4 de maio, a página da ocupação do CIEP 114 Maria Gavazio Martins (São João de Meriti) divulgou uma nota de repúdio à agressão a uma jovem que participava da ocupação do CIEP 179 Professor Cláudio Gama (São João de Meriti). Segundo a nota, a estudante foi ferida no rosto e na perna por três integrantes do desocupa enquanto ia para a ocupação³⁴.

Os casos mais emblemáticos dessas ações violentas ocorreram no Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, que vivenciou uma série de ataques que resultaram em ferimentos físicos a alguns estudantes. No dia 6 de maio, os estudantes que participavam da ocupação da escola registraram uma reunião, em frente à entrada do colégio, que contava com a participação do então diretor da escola, Marcos Madeira, e estudantes contrários à ocupação. Dias depois, no dia 11 de maio, a escola foi atacada por integrantes do desocupa. Em vídeo, os alunos da ocupação registraram o momento em que um grupo de estudantes chutam o portão de entrada³⁵, quebram o cadeado e

³² No ato do dia 20 de abril, divulgado pela SEEDUC, o número de participantes não chegou a dez pessoas, entre as quais estavam estudantes de outras escolas ocupadas, professores não grevistas e jornalistas. Outra manifestação contra a ocupação, desta vez realizada em Cabo Frio, dia 21 de maio, em frente ao Colégio Estadual Professor Renato Azevedo (também ocupado) reuniu apenas sete pessoas, segundo uma das organizadoras.

³³ Até a presente etapa da pesquisa, não foi possível apurar essas denúncias.

³⁴ COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. “NOTA DE REPÚDIO AO MOVIMENTO DESOCUPA”. 4 de maio de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/posts/1029762293764970?_tn=C-R. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

³⁵ MENDES EM LUTA. “‘Desocupa Já’ está tentando acabar com o movimento à base da força nesse momento no Mendes de Moraes (Para ficar claro! Os indivíduos chutando o portão são do desocupa que pularam o muro”. Disponível em: [https://www.facebook.com/OcupaMendes/videos/270271763326843/?_hc_ref=ARQMwqDRhy3Df72P4DM-onKRQF0htIWEu3n_u7h-KMBoepTcxOIKd5upYSaZL9LsMI8&_xts__\[0\]=68.ARDlgXx1HEcURPPAOvxM7WQ4WYZ5v7ZW FzJ4kQFT2RrnJ0fj4O9NJifmhK0x5C1lb7HISuNNb6DJujlgH1viGkL8bAgvy9CjTABHQq1BJf1AxMTj qeL0TLM00wx5SgvR5WBeBURkBA272D6jCSFNsbMIeMF_a_BuUV46hOWHWNfNXWmwAgH7bg1_f59coiP7j9cNbrhdTHcWa4e-a4F1AfjsRleSbYmpGyg-9iaLqoHjQEUC1ByrXDKJmTunbQLBN4ZRDa7FIFNuwoAqp5DUD4TFudTJvII3LMsMLPIk19iOfwrg oGHeS12OeJ20zbBzDjB--eR&_tn=FC-R](https://www.facebook.com/OcupaMendes/videos/270271763326843/?_hc_ref=ARQMwqDRhy3Df72P4DM-onKRQF0htIWEu3n_u7h-KMBoepTcxOIKd5upYSaZL9LsMI8&_xts__[0]=68.ARDlgXx1HEcURPPAOvxM7WQ4WYZ5v7ZW FzJ4kQFT2RrnJ0fj4O9NJifmhK0x5C1lb7HISuNNb6DJujlgH1viGkL8bAgvy9CjTABHQq1BJf1AxMTj qeL0TLM00wx5SgvR5WBeBURkBA272D6jCSFNsbMIeMF_a_BuUV46hOWHWNfNXWmwAgH7bg1_f59coiP7j9cNbrhdTHcWa4e-a4F1AfjsRleSbYmpGyg-9iaLqoHjQEUC1ByrXDKJmTunbQLBN4ZRDa7FIFNuwoAqp5DUD4TFudTJvII3LMsMLPIk19iOfwrg oGHeS12OeJ20zbBzDjB--eR&_tn=FC-R). Acesso em 30 de janeiro de 2019.

entram na escola e um estudante da ocupação surge mostrando um corte no braço³⁶. A ação resultou na saída forçada dos ocupantes da unidade. A desocupação, no entanto, durou pouco tempo, pois, no mesmo dia, à noite, a escola foi reocupada³⁷. Em um vídeo gravado na mesma noite, após reocuparem a unidade escolar, um dos jovens que ocupavam o Mendes de Moraes mostra portas arrombadas, vidros quebrados e uso de uma mangueira de incêndio para intimidar os jovens que ocupavam a escola também marcaram a passagem do desocupa pelo colégio.

Dias depois, outras ações foram registradas em outras escolas ocupadas, porém em intensidade menor do que o ocorrido no C. E. Prefeito Mendes de Moraes. Como exemplo, pode-se citar os atos realizados pela desocupação do Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade (Rio de Janeiro)³⁸, Colégio Estadual Central do Brasil (Rio de Janeiro), Colégio Estadual Visconde de Cairu³⁹ (Rio de Janeiro) e Colégio Estadual Professor Renato Azevedo (Cabo Frio), respectivamente nos dias 10, 16 e 21 de maio.

Nas ocasiões em que eram atacados, os secundaristas recorriam às redes sociais para solicitar apoio de professores e demais trabalhadores e estudantes contra as ações do movimento desocupa, que sucumbia rapidamente em função de sua desorganização.

Entretanto, os esforços da Secretaria foram em vão. O movimento não parava de crescer, totalizando 64 escolas ocupadas em 21 cidades do estado do Rio de Janeiro até o dia 19 de abril⁴⁰. Segundo a ANEL – Rio de Janeiro, no dia 3 de maio o estado contava com 78 escolas ocupadas em 23 municípios⁴¹. Além de ampliar o número de

³⁶ MENDES EM LUTA. Disponível em: <https://www.facebook.com/OcupaMendes/videos/272612623092757/>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³⁷ MENDES EM LUTA. Disponível em: <https://www.facebook.com/OcupaMendes/posts/272860066401346:0>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³⁸ OCUPA GOMES. “Nota sobre os acontecimentos de hoje no CEGFA”. 10 de maio de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1702828316632206&id=1687955681452803&_tn=C-R. acesso em 30 de janeiro de 2019.

³⁹ CAIRU RESISTE. 16 de maio de 2016. Disponível em: [https://www.facebook.com/OcupaCairu/?_tn=K-R&eid=ARDzg_ZonSBBZ_zM7nXV7kw_SNNtAY-XFw4aV_9_h5tpWNtLcVkyvLkxz0-OzyAD19IlmIY61Mac-5k&fref=mentions&_xts__\[0\]=68.ARCiOvVbuENfCE4spduXHHf92hAhjuGJ0p9ZgpGumoHue8cMydcVkmPANqV0pjTY95ujwQSSJcDqRkbVcXHPSABITTC-MwWpiNOxaX3qNUB5yJ7U4dLVRo6vEBghrky0KIQXioyUjQGWLNx25uupIONj99bXyZBakjRgt2m6Thbm0BaJgIckvJ5xQJpjJqyfADRTThhB9Pa2rBleLh6htQW2t8D9CTqyPnGmutTbKYL7nUI2fFHNSdwL_8E95PKbfv5PyP200cmLpmLptH3Kn8aRdjXRW-IY-J6CTGbyVAAymb78cZ-3IAIwrxbLkMm7FE](https://www.facebook.com/OcupaCairu/?_tn=K-R&eid=ARDzg_ZonSBBZ_zM7nXV7kw_SNNtAY-XFw4aV_9_h5tpWNtLcVkyvLkxz0-OzyAD19IlmIY61Mac-5k&fref=mentions&_xts__[0]=68.ARCiOvVbuENfCE4spduXHHf92hAhjuGJ0p9ZgpGumoHue8cMydcVkmPANqV0pjTY95ujwQSSJcDqRkbVcXHPSABITTC-MwWpiNOxaX3qNUB5yJ7U4dLVRo6vEBghrky0KIQXioyUjQGWLNx25uupIONj99bXyZBakjRgt2m6Thbm0BaJgIckvJ5xQJpjJqyfADRTThhB9Pa2rBleLh6htQW2t8D9CTqyPnGmutTbKYL7nUI2fFHNSdwL_8E95PKbfv5PyP200cmLpmLptH3Kn8aRdjXRW-IY-J6CTGbyVAAymb78cZ-3IAIwrxbLkMm7FE). Acesso em 30 de janeiro de 2019.

⁴⁰ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEPE – RJ). “Ocupação nas escolas estaduais: 64 escolas ocupadas em 21 cidades”. 19 de abril de 2016. Disponível em: http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6977. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

⁴¹ ANEL – RIO DE JANEIRO. “MESMO COM TODA A PRESSÃO DO GOVERNO CHEGAMOS 78 ESCOLAS OCUPADAS NO ESTADO DO RJ ESPALHADAS POR 23 CIDADES”. 3 de maio de 2016.

escolas ocupadas, diante da relutância do governo do estado em negociar, os secundaristas aliaram a ocupação a outros tipos de manifestação, como os atos e os trancamentos das principais ruas próximas às escolas ocupadas. Houve também a intensa participação dos secundaristas nas assembleias do SEPE e nas manifestações organizadas pelo sindicato durante a greve, nas quais era comum ouvir cantos de “O professor é meu amigo. Mexeu com ele, mexeu comigo” “A nossa luta unificou/ É estudante, aposentado e servidor” e “Ocupar, resistir, lutar pra garantir”.

Contudo, a Secretaria ainda relutava em atender o pleito dos estudantes e buscava minimizar o alcance da luta. A fim de cobrar a abertura de um canal de negociação, no dia 05 de maio os estudantes de várias escolas sob controle secundarista ocuparam a sede da Secretaria de Educação, quando obtiveram do secretário o reconhecimento da legitimidade do comando das escolas ocupadas e o compromisso de definir um calendário de negociações⁴².

A continuidade e o crescimento do movimento surtiram efeito. Foi gerada uma crise institucional na Secretaria de Educação e a fez retroceder. Segundo a jornalista Berenice Seara, do jornal *Extra*, a bancada do PMDB na ALERJ estava insatisfeita com Antônio Neto e chegou a realizar um abaixo assinado em favor da sua exoneração do cargo. A justificativa, expressa pelo líder do partido na Assembleia (o deputado André Lazaroni) era a de que “*Ele não dialoga com os movimentos sociais, com o parlamento, com os estudantes. Não serve para ser secretário de um governo do PMDB, um partido que tem como marca o diálogo*”. Segundo mesmo parlamentar, os docentes dialogavam melhor com a bancada do que com o governo e Neto passava “*a imagem de arrogância, intransigência e incompetência. Por isso, a bancada pede a sua saída.*”⁴³

No dia 06 de maio, Caio Castro Lima, chefe de gabinete da Secretaria, pediu exoneração do cargo⁴⁴ - não sem antes esclarecer publicamente que não havia o risco

Disponível em: <https://www.facebook.com/anel.errejota/posts/1096218330420396:0>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

⁴² ANEL – RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://www.facebook.com/anel.errejota/photos/a.590172347691666/1109988062376756/?type=3&theater>. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

⁴³ SEARA, Berenice. “PMDB faz abaixo-assinado pedindo a saída do secretário estadual de Educação”. *Extra*. 4 de maio de 2016. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/pmdb-faz-abaixo-assinado-pedindo-saida-do-secretario-estadual-de-educacao-19227926.html?fbclid=IwAR0x6E5dpCfuBtlrfEevYZXX252vz5s57_W27IYz1D1nC9oRdEn4bT-zdXA. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

⁴⁴ SEARA, Berenice. “Crise na Educação: chefe de gabinete pede exoneração”. *Extra*. 6 de maio de 2016. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/crise-na-educacao-chefe-de-gabinete-pede-exoneracao->

dos alunos serem reprovados em função das ocupações⁴⁵. Dias depois, no dia 16 de maio, Antônio Neto também pediu exoneração do cargo, sendo substituído por Wagner Victor⁴⁶.

Com o avanço do movimento, algumas fissuras no interior no movimento estudantil começaram a se manifestar. Apesar de conseguirem alcançar uma certa unidade de ação, o movimento foi marcado por algumas divergências internas envolvendo as entidades estudantis entre si e entre estas e estudantes que classificavam a si mesmos como “independentes”, não vinculados a nenhuma organização. Tais divergências parecem ter ganhado maior vigor após a primeira ocupação da SEEDUC, no dia 5 de maio⁴⁷. No dia 6 de maio, o *Esquerda Diário* (publicação ligada ao Movimento Revolucionário dos Trabalhadores) publicou um artigo com o título “Estudantes ocupam a SEEDUC por algumas horas, mas UBES e AERJ manobram para desocupar”. Criticava-se o fato destas entidades aceitarem a proposta de negociação feita pela SEEDUC sem que a secretaria sinalizasse que fosse ceder em favor dos secundaristas e abandonasse a postura de tentar intimidar os estudantes nas escolas, bem como revisse a suspensão dos cartões de gratuidade nos transportes públicos dos alunos das escolas ocupadas. Criticava-se, também, o fato daquelas organizações vazarem a informação de que pretendiam ocupar novamente a sede da secretaria na semana seguinte e decidirem desocupar o prédio no mesmo dia em que foi ocupado. O texto também questionava o método utilizado por elas para decidir pela desocupação da

[19247469.html?utm_source=WhatsApp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar>](#). Acesso em: 29 de maio de 2018.

⁴⁵ Em entrevista à imprensa, Castro afirmou: “Não há como haver reprovação. Quando a Secretaria afirma que poderá haver perda do ano letivo não é que o aluno vá ser reprovado. Existe uma questão de interpretação nisso. Reprovar o aluno quem reprova é o professor.” OCUPA HERBERT. Disponível em: [https://www.facebook.com/memoriaocupaherbert/videos/1720591361558607/?hc_ref=ARQmjvrur7BLBbKlAaKl4rwJGLwNGCZAKRJgnsINz_yA6Lj4oH3Qxom7HKcE08VcR3K0&_xts__\[0\]=68.ARD-TBKV8hnhL4fca-vFXSv05x1-R-3TnWW832p_BiV2pKekBpSla_efjCjMmeQak7I1NABsMSBJrZCW040Q_aKFU7OVyZj9nCceOKNifFmiKjsGnw6Vx1A6_Dmk6fV0nZ10-CxMA1C7KvA4Q9tYyKIIJdiRlMrhZbbCIINLG1oykqipZRYM6JFjp5c7PgNL2jMIf3C8Ox9Bk2C-DvG4CRqInLiRH4_TE7FwzngL5-19ZRhuI0_5ljkVPTpWYDH7c1IHglvmUpA-gQ4cvwhLGOBnzGP4MPRJm_sce9cnYgRxN4sd8a0Xw5RsE-g-co7K1HgzfMphQGP2UWHaLHVgKieDkiO1s1TwAYCeWaZO6WC3TdLbXtpha8FtXDGsII-MuRKwdUAftqINm8796CV9z4cs0CTsU7YC7g3kSI-3nC2GELHLHoJ1nsGGSGJ3M3mvdJycCiv7y2x1PoB8wX0juQa8iQy6qMAWZYwOuOugEc7p1606sgDwPnz1wKwPTS5g&_tn_=FC-R](https://www.facebook.com/memoriaocupaherbert/videos/1720591361558607/?hc_ref=ARQmjvrur7BLBbKlAaKl4rwJGLwNGCZAKRJgnsINz_yA6Lj4oH3Qxom7HKcE08VcR3K0&_xts__[0]=68.ARD-TBKV8hnhL4fca-vFXSv05x1-R-3TnWW832p_BiV2pKekBpSla_efjCjMmeQak7I1NABsMSBJrZCW040Q_aKFU7OVyZj9nCceOKNifFmiKjsGnw6Vx1A6_Dmk6fV0nZ10-CxMA1C7KvA4Q9tYyKIIJdiRlMrhZbbCIINLG1oykqipZRYM6JFjp5c7PgNL2jMIf3C8Ox9Bk2C-DvG4CRqInLiRH4_TE7FwzngL5-19ZRhuI0_5ljkVPTpWYDH7c1IHglvmUpA-gQ4cvwhLGOBnzGP4MPRJm_sce9cnYgRxN4sd8a0Xw5RsE-g-co7K1HgzfMphQGP2UWHaLHVgKieDkiO1s1TwAYCeWaZO6WC3TdLbXtpha8FtXDGsII-MuRKwdUAftqINm8796CV9z4cs0CTsU7YC7g3kSI-3nC2GELHLHoJ1nsGGSGJ3M3mvdJycCiv7y2x1PoB8wX0juQa8iQy6qMAWZYwOuOugEc7p1606sgDwPnz1wKwPTS5g&_tn_=FC-R). Acesso em 29 de janeiro de 2019.

⁴⁶ “Secretário de Educação do RJ é exonerado; Wagner Victor assume.” *GI*. 16 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/secretario-de-educacao-do-rj-e-exonerado-wagner-victor-assume.html>. Acesso em 19 de dezembro de 2018.

⁴⁷ ILG, Jean. “Estudantes ocupam a SEEDUC por algumas horas, mas UBES e AERJ manobram para desocupar”. *Esquerda Diário*. 6 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Estudantes-ocupam-a-SEEDUC-por-algumas-horas-mas-UBES-e-AERJ-manobram-para-desocupar>. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

SEEDUC naquele dia. Segundo o autor, as três entidades “[fizeram] valer um voto por escola apenas, uma forma de calar os estudantes que queriam seguir ocupados até que o governo ceda as suas pautas, porque diminuía o peso destes estudantes na decisão”. Também apontava-se a relação da UJS (União da Juventude Socialista, do PCdoB, dirigente da entidade) com o PMDB, assim como o apoio da ANEL (dirigida pela juventude do PSTU) ao golpe jurídico-midiático-parlamentar em curso⁴⁸

As críticas a ANEL, AERJ e UBES marcaram a atuação de diferentes grupos de estudantes durante os quatro meses de ocupação das escolas e diziam respeito não somente à sua atuação no dia da ocupação da SEEDUC, mas também à forma como elas conduziam o movimento e à visão que elas possuíam sobre os pontos reivindicados pelos estudantes. Segundo um estudante do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), localizado na cidade de Niterói,

As organizações estudantis no geral são movidas por interesses políticos partidários, muitos dos dirigentes são filiados a partidos. No momento da ocupação e das negociações teve muita “briga” para buscar as representações, sendo que nem sempre (na maioria das vezes) estavam representando os interesses dos estudantes. Um bom exemplo de divergência foi a pauta em geral, em que a UBES insistia em dizer que as ocupações de Niterói e outras cidades queriam eleições para direção, mas não queriam, a proposta era de uma gestão democrática direta e autônoma. Nesse sentido, atrapalharam por colocar alguns interesses específicos que não condiziam com a realidade. Parecia ser algo mais midiático para ganhar visibilidade. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2019)

Uma outra estudante, que participou da ocupação do Colégio Estadual Edmundo Silva, em Araruama, corrobora essa a análise:

Existiram divergências políticas entre as escolas ocupadas, principalmente por causa dos partidos. Mas os principais partidos atuantes eram o PCdoB através da UJS, PCR através da UJR e AERJ, PSTU e PSOL. E a posição entre eles é muito divergente. A AERJ se achava o [sic] mais capaz de comandar as negociações na época. Mas isso era muito conflituoso, porque todo mundo estava lutando pela liderança nas negociações. Então tentavam enfraquecer o movimento do outro partido, trazendo gente pro seu. A AERJ vendia a peleguice do PCdoB e o trotskismo (como um sinônimo de reformismo e traição) do PSOL e o sectarismo do PSTU. Os outros movimentos vendiam o stalinismo e a manipulação das lideranças na AERJ, que se vendia aos estudantes como um movimento social estudantil, sem ligações partidárias, mas todos os líderes, seja em âmbito municipal, estadual ou federal, eram vinculados ao PCR ou a UJR. Inclusive eu

⁴⁸ Idem.

fui da UJR na época. Gerou problemas na negociação (quando criaram o comitê de negociação das escolas ocupadas) porque as militâncias se atacavam em busca do protagonismo. E tinham ainda as escolas que não defendiam a bandeira partidária. (Entrevista realizada em 29 de janeiro de 2019)

A continuidade do movimento, no entanto, obrigou a SEEDUC a ceder e dar início a uma rodada de negociações com os estudantes. No dia 16 de maio teve início uma série de audiências públicas realizadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público estadual (MPRJ) com o objetivo de formalizar um acordo entre as partes em disputa que fosse capaz de encerrar a ocupação. Nesse sentido, entre os dias 16 e 24 de maio, foram realizadas cinco audiências na 2ª Vara da Infância e da Juventude para abordar a pauta de reivindicações do movimento. As audiências foram divididas em temas, referentes a: Passe Livre/RioCard, Sistema de Avaliação Estadual/Currículo Escolar, Alimentação e Merenda e, por último, Segurança e Funcionários. Na primeira dessas audiências, foi definido um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Através desse documento, ficou acertado o repasse de R\$ 15 mil a cada uma das escolas ocupadas para a realização de obras de melhoria na estrutura das unidades. Segundo o site *GI*, o documento também determinava a “realização de reformas em 185 unidades de ensino por meio do programa ‘Preservando Escolas’ e como início já no mês que vem, além da manutenção da climatização nas unidades que possuem ar condicionado, entre outros pontos.”⁴⁹ Ao fim dessas audiências, embora não tenha alcançado a vitória de toda a pauta, o movimento secundarista consolidou conquistas significativas: eleição direta para direção das escolas; garantia de livre atuação dos grêmios estudantis, com determinação para que fosse reservado um espaço próprio para a referida entidade dentro das escolas e permitindo a entrada de seus representantes em sala de aula; delimitação das atribuições do Conselho Escolar; repasse de R\$ 15 mil para cada escola ocupada, com a finalidade de realizar reparos emergenciais; reforma na infraestrutura de 185 escolas; climatização das salas de aula; determinação para que a SEEDUC tornasse transparente os contratos de infraestrutura; extensão da gratuidade de transporte para a realização, pelas/pelos estudantes, de atividades curriculares fora do estabelecimento de ensino, nos dias de realização do ENEM e de vestibulares e complementação, por via de vale educação complementar, para aquelas e aqueles que realizam longos trajetos entre o local de residência e a

⁴⁹ “Secretário de Educação do RJ é exonerado; Wagner Victor assume.” *GI*. 16 de maio de 2016. *Idem*.

escola; extensão da gratuidade do passe durante 24 horas nos dias letivos; fim do SAERJ; revisão do currículo mínimo; em relação à merenda, garantiu-se duas refeições diárias para alunos de meio período e quatro para os que cursam o período integral. Estipulou-se também o prazo de 120 dias para elaboração, pela SEEDUC, de um plano de ação para solucionar os problemas das escolas que não possuem cozinha.

Apesar da celebração do acordo judicial, no dia 30 de maio a Secretaria de Educação foi novamente ocupada. Lá permaneceram por quase três meses reivindicando que o governo do estado, através da SEEDUC, se comprometesse a cumprir o acordo feito com os estudantes durante as audiências. Por isso, reafirmavam a defesa dos itens constantes no acordo feito durante a negociação com a Defensoria Pública (os quais solicitavam que fossem publicados no Diário Oficial do estado) e reivindicavam que os estudantes que ocuparam as escolas e a sede da Secretaria não seriam perseguidos. Também incorporaram novos itens, como o fim da superlotação das salas de aula, a distribuição gratuita de uniformes escolares e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na ALERJ com a finalidade de dar uma resposta aos itens encontrados nas escolas ocupadas que não eram acessíveis aos estudantes, como livros, computadores e instrumentos musicais, além da tentativa de garantia da participação discente na escolha da direção das escolas estaduais⁵⁰. A reocupação da sede da Secretaria de Estado de Educação partiu da iniciativa de secundaristas autônomos, não vinculados às organizações estudantis. Essa segunda ocupação da secretaria durou até o dia 24 de junho, quando os secundaristas decidiram abandonar o prédio após determinação judicial.

Os itens atendidos pela Secretaria de Educação representaram avanços significativos quanto à superação da política educacional neoliberal, baseada na meritocracia. Apesar de não superá-la e a precariedade por ela gerada de todo⁵¹, o movimento de ocupação de escolas da rede estadual conseguiu suspendê-la, ao menos temporariamente. O fim do SAERJ e do currículo mínimo, a eleição para a direção das escolas da rede estadual, a garantia de formação de grêmios livres foram, a realização de reformas na infraestrutura das escolas e a ampliação da carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia de um para dois tempos de 50 minutos semanais concretizaram

⁵⁰ “OCUPA SEEDUC – PAUTAS”. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupaseeduc/>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

⁵¹ Os docentes continuaram com os salários congelados, as escolas permaneceram sem climatização, o plano de cargos e salários foi congelado e o calendário de pagamentos seguiram sendo pagos no décimo dia útil, acarretando grave perda salarial aos trabalhadores da educação.

isto. Tais propósitos foram mantidos ao longo dos anos letivos de 2017 e 2018, o que demonstra a força que as ocupações tiveram.

Conclusão

Como pode-se observar, a contrarreforma educacional assumiu feições específicas em cada estado. No entanto, seus efeitos foram semelhantes em todos eles. A precarização decorrente da implementação desse nefasto projeto causou insatisfação entre diferentes segmentos da comunidade escolar, principalmente professores e estudantes, que se mobilizaram de diferentes formas para barrar ou suspender os projetos privatistas. De todas as ações realizadas, deve-se reconhecer a importância e a força da ação dos secundaristas, responsáveis pela realização da ação mais radical capaz de colocar limites efetivos ao avanço desses projetos, mesmo que numa escala micro (a dos estados).

Entretanto, a contrarreforma do Ensino Médio do governo Temer e os projetos de implantação de *vouchers* na educação pública brasileira mostram que a classe dominante não abre mão de explorar a educação como um negócio para ampliar seus lucros. Da mesma forma, ela compreende a educação como uma ferramenta para construção do consenso sobre o projeto burguês para além das fronteiras da classe burguesa. Projetos como o Escola sem Partido têm a finalidade de tentar usar as escolas para difundir a ideologia neoliberal, ao mesmo tempo em que se coage os professores a abrirem mão do pensamento crítico. Por isso, torna-se urgente que a classe trabalhadora e a sua juventude organizem-se e lutem para derrotar esses projetos.

Bibliografia

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação. Nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KLEES, STEVEN J.; EDWARDS JR., D. Brents. “Privatização da educação: experiências dos Estados Unidos e outros países”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015. p.11-30.

NAJJAR, Jorge. *A disputa pela qualidade da escola. Uma análise do Programa Nova Escola do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2015.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.